

Traduzir a Pandemia: Apresentação ao Número Especial

Translating Pandemics: Presenting the Special Issue

Sabine Gorovitz¹

Ángela María Erazo Muñoz²

Andrea Cristiane Kahmann³

Em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, surgiram os primeiros casos de uma nova doença de alto potencial de letalidade e transmissão pelas vias respiratórias. No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou emergência de saúde pública de importância internacional e, no dia 11 de março do mesmo ano, a nova doença foi considerada uma pandemia. Imediatamente, em todo mundo, foram propostas medidas de distanciamento físico e, em diversos locais, impôs-se o controle de circulação visando a conter a propagação do vírus SARS-CoV-2, causador da doença que ficou conhecida como Covid-19, por ser a doença do coronavírus (*Corona Virus Disease*) identificada em 2019. Expressões estrangeiras, como *lockdown*, para mencionar o confinamento obrigatório, e termos técnicos, como os referentes aos diversos tipos de máscaras de proteção respiratória, passaram a fazer parte da linguagem cotidiana e evidenciaram vulnerabilidades sociais e linguísticas.

A recomendação de isolamento, com a consequente restrição de visitas familiares e de ocupação de espaços públicos ou de acesso ao público, ocasionou impactos ainda impossíveis de serem mensurados em diversos âmbitos para além do epidemiológico, impondo novas formas de cuidar, de educar, de relacionar-se e de demonstrar afeto, solidariedade e pertença. E embora tenham sido as imagens com tubos de ensaio e de cientistas com vestimentas especiais de proteção as que tenham ficado registradas no imaginário relativo a esse período, também a tradução desempenhou papel fundamental na gestão da emergência sanitária. A necessidade da rápida disseminação das descobertas científicas e de revisão constante de protocolos pôs em destaque a tradução no sentido mais usual deste termo: o de transpor idiomas. Contudo, outras traduções foram necessárias para democratizar orientações e impuseram a nações heterogêneas

¹ Sabine Gorovitz é professora associada do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB. É líder do grupo de pesquisa MOBILANG – Mobilidades e contatos de línguas. Contato: sabinegz@gmail.com

² Ángela María Erazo Muñoz é professora adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Contato: angela.erazo@academico.ufpb.br

³ Andrea Cristiane Kahmann é professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Contato: ackahmann@gmail.com

e com sérias fraturas históricas, como o Brasil, a necessidade de pensar estratégias de comunicação para a transposição de barreiras culturais.

Enquanto se organizava este número especial, ao menos sete diferentes vacinas foram lançadas e outras sessenta estão em desenvolvimento, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, de 18 de fevereiro de 2021 (WHO, 2021). A ciência avançou com rapidez, mas, infelizmente, a desinformação também. Os tratamentos “milagrosos”, as alternativas “fáceis” e sem comprovação científica ou o mais puro negacionismo pareciam ganhar terreno e contrariar as recomendações de restrição de funcionamento de negócios e de circulação de pessoas, medidas evidentemente impopulares, mas as únicas a se mostrarem eficazes nos locais onde foram implementadas. Assim, para além do vírus, foi necessário lutar-se contra a pandemia de desinformação, contra a propagação de informações falsas sobre a pandemia e seus resultados, fenômeno este designado de “desinfodemia” por Julie Posetti e Kalina Bontcheva (2020), que assinam a publicação da Unesco sobre o tema. Por meio de redes de contatos virtuais (os únicos seguros nesse momento), foram mobilizados novos recursos de disseminação de informações confiáveis, buscando contemplar várias línguas e integrar distintos grupos sociais.

Percebendo o aumento de iniciativas como essas e buscando receber reflexões sobre o tema, propusemos à equipe editorial da revista *Cadernos de Tradução* do Instituto de Letras da UFRGS este número especial intitulado **Traduzir a pandemia**. Nosso objetivo como organizadoras era compilar experiências de tradução, mediação linguística e disseminação de informações, seja entre idiomas estrangeiros, seja no âmbito interno das nações para abarcar comunidades de línguas minorizadas, tais como a comunidade surda, os diversos povos originários e quilombolas, pessoas em situação de refúgio ou migração, mas também grupos que, embora falantes da língua hegemônica, demandassem comunicação direcionada a suas características etárias, de gênero, de classe, de origens sociais ou regionais. Assim, em junho de 2020, lançamos a chamada em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol) e a disseminamos com a intenção de reunir relatos de experiências, análises e comentários teórico-críticos sobre o desafio de traduzir a pandemia, além de traduções de artigos científicos que tratassem sobre políticas linguísticas, mediações linguístico-culturais e disseminação de informações. Interessavam-nos também as reflexões originais ou traduzidas sobre as consequências da pandemia no presente e nas estimativas para o futuro da humanidade ou no que venham a demandar políticas linguísticas e novos modos de disseminar conhecimento. O resultado são os artigos que apresentamos a seguir e que, somados a esta apresentação, conformam os vinte textos deste número especial.

Os cinco primeiros artigos deste número apresentam relatos de experiência de projetos envolvendo a tradução e a pandemia. Outros quatro artigos propuseram reflexões teóricas sobre o contexto da pandemia, por vezes referenciando projetos de tradução em andamento em diversas universidades públicas. Os outros dez artigos reunidos neste número são traduções de textos que propõem reflexões sobre o período atual. Passamos a apresentar os textos selecionados para esta edição e também alguns comentários complementares sobre projetos desenvolvidos neste período, sobretudo os desenvolvidos por universidades.

De Catalina Iliescu-Gheorghiu recebemos **La traducción en los tiempos del vírus: estudio de caso sobre una actividad profesional pro bono, sus dificultades y lecciones.** Neste artigo, a autora relata a experiência que envolveu profissionais da tradução, linguistas, docentes, estudantes e egressos/as do Curso de Tradução e Interpretação da Universidade de Alicante (Espanha) e que ajudou a atenuar os efeitos da pandemia entre pessoas de idade avançada, as quais, ao menos no contexto europeu e em um primeiro estágio da pandemia, constituíram o segmento mais vulnerável em face da nova doença. Para tanto, voluntários/as da Universidade de Alicante, junto com ONGs e administrações locais, traduziram documentos e realizaram a legendação e locução de materiais audiovisuais contendo informações confiáveis sobre a doença ou dando orientações, entre outros assuntos, sobre a realização de exercícios físicos para pessoas idosas confinadas. A equipe também atuou na elaboração e tradução a vários idiomas de materiais de apoio para a superação do luto, pois, há que se recordar que, além de toda a dor do momento, as pessoas enlutadas tiveram de arcar com os prejuízos psíquicos de não poderem cumprir com a tradição dos ritos fúnebres e um dos mais básicos sentimentos de humanidade: a prestação da solidariedade a entes queridos na hora da morte. Como explica a autora, essas traduções destinavam-se não apenas a pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, mas também às encarregadas por cuidá-las, que, não raro, pertencem a grupos migrantes.

Dentre as experiências brasileiras, recebemos o relato do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Letras (NUPEL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A equipe composta por Monique Pfau, Lucielen Porfírio, Daniel B. O. Vasconcelos e Marília Portela apresenta nesta edição **Um Projeto de Tradução Voluntária de Materiais Informativos Relacionados à COVID-19**, em que narra a experiência com traduções voluntárias de artigos científicos, resumos e informativos relacionados à Covid-19 com o propósito de auxiliar na sua divulgação nacional e internacional. Essa iniciativa contemplou institutos de pesquisa e de saúde brasileiros, tais como universidades públicas e privadas, hospitais e órgãos governamentais.

Envolvendo a tradução e a interpretação entre o par linguístico Libras-Português, o grupo integrado por Vinícius Nascimento, Gustavo Nunes de Oliveira, Lara Ferreira dos Santos, Joyce Cristina Souza e Rodrigo Vecchio Fornari apresenta, no artigo **Tradução e interpretação de Português – Libras na rede Informa-SUS-UFSCar: direito à informação para surdos em tempos de Covid-19**, a experiência da rede InformaSUS, uma rede de trabalho envolvendo diferentes profissionais, setores e unidades da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da sociedade civil a fim de promover e divulgar para a população informações científicas e de qualidade sobre a pandemia da Covid-19.

Já o Projeto de Extensão Universitária *Português Brasileiro para Migração Humanitária* da Universidade Federal do Paraná (PBMIH-UFPR) apresenta a atividade de sua equipe interdisciplinar, que conta com professoras e estudantes das áreas de Letras, Psicologia, Design e Jornalismo, por meio do artigo **Traduções simbólicas em contexto migratório: (re)existência e democratização da informação**. O texto é assinado por Maria Gabriel, Maria Cristina Figueiredo Silva, Jeniffer Albuquerque, Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Camila Akemi Aoto, José Aparecido Vanzela Junior, Maria Fernanda Mileski de Paula, Mariana Rodrigues Provenzi e Vanessa Diamante. Este projeto desenvolveu, ao longo de 2020, diversos materiais em seis línguas (português, espanhol, francês, crioulo haitiano, árabe e inglês) como “traduções simbólicas” e visando a apoiar o exercício de cidadania e facilitar o acesso de comunidades migrantes e/ou em situação de refúgio a informações relacionadas à saúde (incluindo informações sobre a Covid-19, tais como instruções para fazer a máscara caseira e cuidados com seu uso e higienização) e também à economia e a políticas públicas, direitos e auxílios financeiros.

O quinto relato de experiência incluso nesta edição é **Uma pandemia em dois tempos: um projeto de tradução de notícias da imprensa alemã para o português**, no qual Anelise Freitas Pereira Gondar, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta e analisa aspectos tradutórios desenvolvidos no contexto de um projeto de extensão dedicado a traduzir a pandemia a partir de notícias veiculadas na imprensa alemã. A atividade foi desenvolvida no âmbito do Escritório Modelo de Tradução da universidade, que oferece a Habilitação em Letras Português-Alemão, e passou a acompanhar as notícias sobre o novo vírus desde a confirmação da primeira infecção na Alemanha, na região da Baviera, em janeiro de 2020. Potencializando-se entre os meses de junho e julho de 2020, o projeto buscou selecionar textos para tradução e divulgação obedecendo a dois critérios iniciais: o potencial interesse público e o grau de

dificuldade do texto para fins de tradução, de forma a contribuir concomitantemente para a formação dos/as tradutores/as e disseminação de notícias a partir da perspectiva alemã.

Esses e outros projetos desenvolvidos no Brasil foram mapeados por Dennys Silva-Reis em **[Trans]missão & cura[tivo] em tempos de COVID-19: contribuição para uma História Imediata da Tradução no Brasil**. Neste artigo, o pesquisador da Universidade Federal do Acre (UFAC) apresenta um novo campo da História da Tradução, qual seja, a História Imediata da Tradução. Ademais, registra a História Imediata da Tradução no Brasil em tempos de pandemia da Covid-19, elencando os coletivos de tradução em universidades e institutos de pesquisa e analisando os/as agentes de tradução mais afetados/as, as questões de direitos linguísticos e acessibilidade e os novos hábitos tradutórios de consumo e circulação de traduções segundo informações coletadas entre março a agosto de 2020. O artigo elenca projetos empreendidos por docentes de Letras (alguns deles incluídos detalhadamente neste número) e também iniciativas de institutos de saúde, como a Fiocruz, e de docentes de outras áreas do conhecimento, como a Medicina. Além de propor outras análises, tais como reflexões acerca de questões metodológicas sobre a História Imediata da Tradução, bem como sobre agentes afetados/as e hábitos de consumo de materiais traduzidos modificados pela pandemia, o artigo de Silva-Reis opera como um excelente levantamento de algumas das muitas iniciativas desenvolvidas no Brasil em 2020 e que relacionam a tradução à pandemia.

Entendemos ser relevante, porém, complementar esta apresentação a este número especial mencionando algumas iniciativas para além das comentadas nos artigos aqui incluídos. Sem a pretensão de abarcar a totalidade dos projetos em ação no Brasil nesse sentido, destacamos a proposta do grupo Interpret-Vol⁴, idealizado por Marisol Mandarino, tradutora e intérprete pública de inglês e espanhol em Minas Gerais. O Interpret-Vol foi criado no dia 4 de abril de 2020 com o objetivo de interpretar, voluntariamente e via WhatsApp, para profissionais de saúde e pacientes (e/ou suas famílias) durante o período da pandemia. Por meio de redes internacionais, Marisol Mandarino conseguiu reunir sessenta intérpretes profissionais e experientes dispostos/as a prestar serviços *pro bono* em diversos idiomas. O grupo reuniu-se virtualmente para definir glossários da Covid-19 e elaborou slides em várias línguas com um código QR para contato direto com os/as voluntários/as. A intenção era a de afixar esses slides nas entradas dos hospitais e postos de atendimento, para que, já na recepção, as pessoas

⁴ Mais informações sobre o projeto podem ser acessadas em redes sociais como Instagram (@InterpretVol) e Facebook (<https://www.facebook.com/InterpretVol/>).

necessitadas de interpretação pudessem contatar a equipe. Além de divulgação em redes sociais, o projeto foi divulgado junto a hospitais, embaixadas e secretarias de saúde⁵.

Destacamos também uma iniciativa da Universidade de Brasília (UnB): em meados de 2020, um edital foi lançado pelo Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à Covid-19 (Copei), com o objetivo de planejar, sistematizar e buscar viabilizar a execução de ações institucionais de pesquisa, inovação e extensão visando ao enfrentamento, no Distrito Federal e no Brasil, da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19. O Instituto de Letras da Universidade de Brasília, ciente de que muitas pessoas no Brasil são excluídas dos programas de proteção social e continuarão vulneráveis durante a crise causada pela Covid-19, voltou-se particularmente para estrangeiros/as (imigrantes e refugiados/as), indígenas e as pessoas com deficiência. Considerando a longa experiência do Instituto com essas comunidades, foram reunidos/as pesquisadores/as em torno de um projeto intitulado *Consequências da pandemia do Covid-19 para estrangeiros (imigrantes e refugiados), indígenas e pessoas com deficiência: como tornar o sistema de proteção social responsivo a choques*. Trata-se da implementação de um sistema de comunicação linguisticamente inclusivo (um aplicativo a ser acessado por celular) para uso de autoridades e solicitantes de serviços que não falam português. Esse sistema deve reunir diversos recursos: banco de intérpretes (com geolocalização para rápida mobilização ou intervenção remota); glossários multilíngues e informações institucionais (locais de atendimento, endereços em geral etc.) e instrumentos legais referentes aos direitos humanos de (i)migrantes nas várias línguas. Os resultados, ainda parciais até o momento, refletem aspectos centrais da metodologia do trabalho, como a formação de redes de intérpretes e de pessoas capacitadas para a formação de intérpretes, um concurso aberto de tecnologia (“Hackathon”⁶) para o desenvolvimento do aplicativo por equipes multidisciplinares e o banco de dados, que reúne informações e conteúdos multilíngues sobre ações e cuidados com a saúde pública.

Pode chamar a atenção que no título do último projeto citado e em diversos textos inclusos neste número se faça referência **ao** Covid-19 (no masculino), e não **à** Covid-19 (no feminino), como temos empregado nesta apresentação. Essas oscilações retratam as incertezas não apenas epidemiológicas, mas também linguísticas do momento em que se organiza este número especial. Ainda que estudiosos/as da gramática e algumas Academias de Letras tenham tratado de discutir se a enfermidade deve ser referida no feminino (pois *a doença*, afinal) ou pelo

⁵ Informações prestadas por Marisol Mandarino, atendendo a contato realizado por Andrea Kahmann.

⁶ Disponível em: <http://www.pctec.unb.br/eventos/138-hackathon-letras>. Acesso em: 27 mar. 2021.

masculino que evoca o vírus (tal como nos exemplos de *o ebola* e *o zika*), até o momento da publicação deste número não é possível afirmar ter havido um consenso. Por essa razão, mantivemos o gênero escolhido pelos/as autores/as e tradutores/as participantes em seus textos. O mesmo se diga quanto ao emprego de maiúsculas (COVID-19) ou da inicial maiúscula apenas (Covid-19), embora em redações mais recentes que as contribuições recebidas para esta edição já se perceba uma tendência a tratar a doença já como um substantivo comum (covid-19 ou apenas covid), e não mais um acrônimo de criação recente. Afinal, já são muitos meses convivendo com notícias sobre o vírus, a enfermidade e suas consequências.

Este número especial deve ser, portanto, compreendido como um registro do período em que se propõe, marcado por incertezas, mas também por muitas reflexões e experiências tradutórias, de mediação e de inclusão linguística. Nesse sentido, podemos recordar que, em Mato Grosso, em abril de 2020, Procuradores/as da República gravaram um vídeo pedindo “Fique em casa” em quatorze línguas indígenas para chamar a atenção das comunidades sobre os perigos da Covid-19 (G1, 2020). Já no Mato Grosso do Sul, recebeu destaque o hospital de Aquidauana, que conta com o apoio da intérprete Fátima Lipú, da etnia Terena, para promover o acolhimento de indígenas no ambiente hospitalar (AQUIDAUANA NEWS, 2020). Muitas outras iniciativas foram também divulgadas pelo ISA – Instituto Socioambiental⁷ e pelo IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística,⁸ uma instituição que, além de compilar e divulgar iniciativas, atua fortemente na promoção dos direitos linguísticos no Brasil. Muitas dessas iniciativas voltavam-se à interpretação em ambiente hospitalar como modo de conferir não apenas a humanização do atendimento, mas também a sua eficácia, pois os cuidados e tratamentos, se bem compreendidos pelo/a paciente, tendem a ser mais exitosos.

As dificuldades enfrentadas por pessoas migrantes que buscam atendimento em saúde são analisadas por Marta Ingrid Molina e Ángela María Erazo Muñoz no artigo **Migración y acceso a la salud: ¿traducirse es vital!** também incluso neste número especial. Descrevendo e analisando as dificuldades linguísticas que migrantes de origem hispânica enfrentam no Brasil para relatar suas dores durante consultas com profissionais de saúde, as autoras apontam para a necessidade de se desenvolver um glossário bilíngue de termos relacionados à dor para facilitar o atendimento.

⁷ O ISA – Instituto Socioambiental pode ser seguido em redes sociais ou pelo site <https://www.socioambiental.org/pt-br>

⁸ O IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística pode ser seguido em redes sociais ou pelo site <http://ipol.org.br/>

O papel primordial dos glossários no apoio a profissionais da saúde à frente do atendimento a comunidades falantes de línguas minorizadas, em situação de migração ou refúgio ou mesmo multilíngues já vem sendo há tempos apontado pelos/as Tradutores/as Sem Fronteiras (Translators Without Borders)⁹, que ostentam em seu site, à guisa de apresentação, que foram 83.319.490 as palavras traduzidas pelo grupo. Esta, que é a maior organização sem fins lucrativos a oferecer serviços de tradução *pro bono* como forma de apoio a causas humanitárias em escala global, presta assistência linguística a organizações como Médicos sem Fronteiras, Médicos do Mundo, UNICEF, Oxfam International e Handicap International, entre muitas outras. Em 2020, para auxiliar no atendimento à emergência internacional, a ONG desenvolveu um glossário multilíngue (<https://glossaries.translatorswb.org/covid19/>) de termos relacionados à Covid-19 em mais de trinta idiomas, incluindo o português brasileiro. A validação dos termos em português contou com a colaboração de integrantes do projeto de extensão *Tradução, mediação linguística e disseminação de informações à comunidade*¹⁰, que foi executado ao longo de 2020 na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mas concebido com o suporte do grupo Mobilang (<http://mobilang.unb.br/>), liderado pela Prof^a Sabine Gorovitz (Universidade de Brasília). Na validação de termos técnicos para o glossário multilíngue, o grupo contou com o apoio do Comitê UFPEL Covid-19 para a solução de dúvidas, evidenciando a necessidade de ruptura de barreiras institucionais e disciplinares para o combate à pandemia e à promoção dos direitos linguísticos.

Retomando a apresentação dos artigos originais propostos a este número especial, no texto **Tradução em período de pandemia: distanciamento de crianças surdas na escola e a literatura como linguagem viva**, Neiva de Aquino Albres e Michelle Duarte da Silva Schlemper partem de conceitos elaborados por Bakhtin e seu Círculo para analisar um conjunto de vídeos multimodais a propor atividades de leitura e produção textual que contribuem para estimular a comunicação de crianças surdas em distanciamento social. Dessa forma, essas propostas mitigam outro dos efeitos devastadores da pandemia, qual seja, o atraso na aquisição de linguagem decorrente das escolas fechadas, pois crianças surdas brasileiras dependem essencialmente do espaço escolar para ter contato com a língua de sinais. Neste artigo, são referenciados projetos tais como *Central Libras/Coronavírus* (UFRGS), *UFSCacessível* (UFSC) e *#CasaLibras* (UFSCar). A *Central de Libras / Coronavírus* é uma iniciativa de Luiz Daniel Dinarte e Angela Russo, do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Universidade

⁹ Site da ONG TWT (Translators Without Borders): <https://translatorswithoutborders.org/>

¹⁰ Mais informações sobre o projeto em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2574>. Acesso em: 31 dez. 2020.

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o servidor Carlos Grahamill Maciel de Moura foi quem encabeçou a iniciativa de elaborar vídeos sobre a Covid-19 em Libras. Já o projeto da UFSCar que embasa as análises das autoras é o *Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" – COVID-19: [Contação de Histórias Infantis]*, coordenado pela Professora Vanessa Regina de Oliveira Martins e o Professor Guilherme Nichols.

Iniciativas como as citadas por Albres e Schlemper, assim como o projeto desenvolvido por Nascimento *et al.* na UFSCar e apresentado neste número especial, bem como o projeto focado nas mais de 40 mil pessoas surdocegas no Brasil desenvolvido pela docente Roberta Cantarela e outras da Universidade de Brasília (UnB) referido por Silva-Reis somam-se a projetos outros desenvolvidos em diversas universidades brasileiras e todos de extrema relevância para a disseminação de medidas de prevenção contra o novo coronavírus. Incluímos nesta apresentação algumas referências adicionais, tais como o *Comunica Saúde em Libras*¹¹, criado em 18 de março de 2020 na UFPel a partir de uma parceria entre Faculdade de Enfermagem e o Centro de Letras e Comunicação em ação conjunta com o Comitê Interno para Acompanhamento da Evolução da Pandemia de Coronavírus na Região. Podem ser mencionados ainda o projeto de extensão *Libras em Saúde*¹², coordenado pela professora Gildete Amorim na Universidade Federal Fluminense (UFF), bem como a iniciativa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que, por meio da Coordenação Geral do Curso de Letras-Libras, produziu vídeos informativos em Libras¹³ abordando informações sobre sintomas da doença, sobre o uso de máscaras, dúvidas sobre medicação e vacinas, entre outros assuntos relacionados. A TV UFG, da Universidade Federal do Goiás, também produziu material informativo com tradução para Libras feita pelo professor Diego Barbosa¹⁴. Ademais, é preciso referir o *Programa Mi Sordo*¹⁵, uma ação interinstitucional sob a coordenação do curso de Letras/Libras da Universidade Federal de Roraima (UFRR) com o objetivo de apoiar migrantes surdos/as em situação de refúgio no Brasil. Para além da interpretação e mediação linguística,

¹¹ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/fen/comunica-saude-em-libras-projeto-lanca-um-video-em-libras-explicando-como-se-prevenir-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹² Mais informações em: <http://www.uff.br/?q=tags/libras-em-saude>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹³ Mais informações em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-parfor/35911-ufpi-produz-videos-sobre-coronavirus-em-libras>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹⁴ Mais informações em: <https://www.ufg.br/n/126110-tv-ufg-produz-informacao-em-libras-sobre-pandemia?atr=pt-BR&locale=pt-BR>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹⁵ Conforme: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/6539-inscricoes-abertas-para-a-v-semana-de-letras-libras-e-i-seminario-nacional-de-letras-libras-da-ufrr>. Acesso em: 27 mar. 2021.

o *Programa Mi Sordo* realizou diversas ações sociais, tais como a arrecadação de alimentos e roupas para doação a participantes do projeto.

Destacamos igualmente a oferta de cursos gratuitos de interpretação comunitária/humanitária em instituições brasileiras. No início de 2021, foi realizado o Curso de Formação Básica de Intérpretes de Línguas Indígenas de Roraima do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFRR, liderado pela professora Ananda Machado em parceria com a JNN Academy. L.A.W. C.I.T.E., com o projeto Mobilang (UnB) e com a Cátedra Unesco Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, e disponível no canal do Youtube do *Programa de Valorização das línguas e culturas indígenas de Roraima* da UFRR¹⁶. Aliás, no canal YouTube da Universidade Federal de Roraima (UFRR) é possível encontrar diversos vídeos alertando para os perigos da Covid-19 em línguas indígenas, sempre identificados com a #NinguémFicaPraTrás. Mencione-se, ademais, o Curso de Tradução Humanitária e Mediação Cultural para Migrantes e Refugiados organizado pelo Memorial da América Latina, por meio do CBEAL (Centro Brasileiro de Estudos da América Latina) em janeiro de 2021, disponível no canal YouTube do Memorial da América Latina¹⁷. Já o Curso de Interpretação Comunitária é oferecido desde 2020 a voluntários/as do banco de intérpretes do projeto de extensão *Migrações e Fronteiras no DF: a integração linguística como garantia dos Direitos Humanos* e promovido pelo Grupo de pesquisa Mobilang da UnB. Hoje na sua segunda edição, o curso é organizado e ministrado pelas professoras Jaqueline Nordin e Sabine Gorovitz em parceria com instituições como a Defensoria Pública da União (DPU) e outras universidades federais, tais como a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com a participação de diversos/as especialistas sobre a temática. Esse tipo de ações, além de abrir a discussão aos direitos linguísticos como direitos humanos e à necessidade de intérpretes nas instituições públicas brasileiras, também promove a sua capacitação profissional.

Retomando a apresentação dos textos inclusos neste número, transpomos fronteiras nacionais e interdisciplinares para mencionar o artigo de Yanina Faccio e Johana Kunin: **La venganza del “interior” en tiempos de COVID-19: reactualización de relaciones de alteridad entre la Buenos Aires metropolitana y el “interior” argentino durante la**

¹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCFNnXq7fpg22K_6lySICo_g/videos. Acesso em: 21 mar. 2021.

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BTxN8iQX5Ik&ab_channel=MemorialdaAm%C3%A9ricaLatina. Acesso em: 21 mar. 2021.

pandemia. As autoras, pesquisadoras em Antropologia Social, analisam o dinamismo das relações de alteridade entre Buenos Aires e o interior argentino em face das condições demográficas e materiais da vida cotidiana convulsionadas pela crise da Covid-19. Haja vista que a pandemia, ao menos na primeira onda, proliferou mais rapidamente na região metropolitana de Buenos Aires do que em outras partes da Argentina, as restrições e transtornos por ela impostos acabaram sendo traduzidos discursivamente por meio de memes que circularam pela internet e que reacenderam antigas dicotomias entre Buenos Aires/interior e civilização/barbárie, porém invertendo a polarização e exibindo novas hierarquias de poder. Por meio de um *corpus* que congregou artigos jornalísticos e entrevistas etnográficas, as autoras descrevem e analisam a emergência dessa nova assimetria argentina que, ao menos desta vez, desfavoreceu o *centro* e converteu o *pampa*, paisagem outrora descrita como indômita e selvagem, em um espaço idealizado de convívio com a natureza, com paz e civilização.

A experiência argentina inclusa nesta edição evidencia como cada cultura precisou lidar com suas próprias vulnerabilidades e traduções em face do agravamento da crise global. No Brasil, a emergência sanitária complicou-se pelos antecedentes sociais, que podem ser relacionados à conjuntura política. A população brasileira já vinha assistindo ao rápido declínio de suas condições de vida¹⁸, e recentemente o país só fez subir posições no *ranking* da desigualdade mundial conforme a harmonização de dados (índice de Gini) feita pelo Banco Mundial (apud IBGE, 2020). Em 2020, o Brasil passou a ser o nono país mais desigual do mundo, seguido de Moçambique, Suazilândia, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Suriname, Namíbia e África do Sul, o mais desigual do mundo (apud IBGE, 2020, tabela 1, p. 52) no que tange à distribuição de renda entre habitantes. É sabido que a concentração de renda impacta também na concentração de oportunidades e acessos, conformando um grande complicador em um contexto de caos como o gerado por uma pandemia. Ademais, nos locais e esferas em que isso foi possível, as atividades laborais e educacionais foram transpassadas para a modalidade remota, escancarando desigualdades e promovendo novas formas de exclusão. Grupos vulneráveis acabaram ainda mais vulnerabilizados em face do vírus e da escassez de acessos a recursos vários, inclusive informações confiáveis. E, diante desse contexto, ao contrário da realidade argentina descrita por Yanina Faccio e Johana Kunin, no Brasil, o primeiro sistema de saúde a entrar em colapso

¹⁸ Segundo o IBGE (2017a), de 2014 para 2017, o contingente de pessoas desocupadas passou de 6,7 para 13,2 milhões de brasileiros/as, um aumento de 96,2% em três anos. Já o PIB per capita e o consumo das famílias decresceram, no acumulado em 2015 e 2016, 8,4% e 7,4%, respectivamente, tendo sido essas as maiores quedas de ambos indicadores na série histórica do Sistema de Contas Nacionais do Brasil até então (IBGE, 2017b).

em função da pandemia seria justamente na região amazônica, a de menor densidade populacional do país.

Um estudo capitaneado pelo então reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Curi Hallal, publicado na revista *The Lancet* em setembro de 2020, apontava que, em 11 cidades às margens do rio Amazonas, a prevalência de anticorpos contra SARS-CoV-2 era superior a 25% nos dois períodos iniciais da coleta (entre 14-21 de maio e 04-07 de junho de 2020). Apontava, ainda, que a prevalência de contaminação em pessoas brancas era de 1,4% (1,2 – 1,7), ao passo que entre pessoas indígenas era de 6,4% (4,1 – 9,4), ou seja, quatro vezes superior (HALLAL *et al.*, 2020). Nesse estudo, afirmou-se que: “*The controversial handling of the epidemic by the federal government is likely to have contributed to the rapid spread of COVID-19 in the country’s most susceptible populations*” (HALLAL *et al.*, 2020, p. 1391).

A real possibilidade do desaparecimento de comunidades inteiras levou a que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e seis partidos políticos apresentassem ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 709 / DF), postulando que o governo federal atuasse para (1) a adoção de medidas de proteção e promoção da saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, bem como (2) estabelecesse medidas voltadas à saúde dos povos indígenas em geral. Em decisão de 21 de outubro de 2020, o Ministro Luís Roberto Barroso acolheu a ADPF e determinou que, em 72 horas, o governo federal instalasse uma Sala de Situação para gestão de ações de combate à pandemia quanto a povos indígenas em isolamento ou de contato recente, a fim de apresentar em 10 dias um plano de criação de barreiras sanitárias e, em 30 dias, um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros. Ademais, que deveria o governo brasileiro comprometer-se com a contenção de invasões a áreas indígenas e com a ampliação de acessos ao Subsistema Indígena de Saúde (STF, 2020). No entanto, como observam Osoegawa *et al.*, essas respostas foram tardias, pois o primeiro pico de infecção em Manaus ocorreu em abril de 2020, e “mesmo estando em vigor, ainda faltam medidas por todos os entes que sejam capazes de dar efetividade ao que está posto” (2020, p. 17).

Atendo-nos às questões linguísticas, é de recordar que o último Censo do IBGE constatou existirem 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes, e que 17,5% da população indígena não falava o português (IBGE, 2010). A exata dimensão de quantas dessas línguas perduram pode estar comprometida em função da reformulação de questionários e da indefinição quanto ao período de realização da próxima operação censitária, que estava prevista para 2020 e foi suspensa justamente em função da pandemia. Tateando

nesse “apagão estatístico”, uma conclusão se impõe: sem o devido respeito aos direitos linguísticos, não será possível a promoção dos direitos humanos. Entendemos, aqui, os direitos humanos seguindo a já clássica formulação de Karel Vašak (apud DOMARADZKI *et al.*, 2019) apresentada na década de 1970, que propõe analisá-los sob a perspectiva de três gerações de direitos. Conforme Vašak (apud DOMARADZKI *et al.*, 2019), os direitos humanos de primeira geração englobam os chamados direitos negativos (ou seja, os que impõem limites à atuação estatal) e as correspondentes liberdades civis e políticas. A segunda geração de direitos humanos define a ação estatal positiva (ou seja: presume a atuação efetiva do Estado) para a promoção ou proteção da equidade, por meio da inclusão social, econômica e cultural. Já a terceira geração de direitos humanos compreende os direitos “de solidariedade”, que requerem a ação coletiva junto às esferas estatais e outras estruturas políticas em prol da defesa da autodeterminação, do desenvolvimento social e econômico e dos direitos coletivos e difusos, tais como o meio ambiente saudável, os recursos naturais e as heranças culturais para as presentes e futuras gerações. Essa perspectiva sobre as três gerações de direitos humanos pode ser relevante para compreensão dos artigos de Stephen May e Mayra Idali Sánchez Patlán, que tratam sobre direitos linguísticos e são incluídos neste número em traduções do espanhol empreendidas por tradutoras vinculadas à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

No artigo **Direitos linguísticos como direitos humanos**, originalmente publicado na Espanha, o autor Stephen May, Professor da Universidade de Auckland, aborda os direitos linguísticos sob a ótica da teoria política e do direito internacional antes de passar à análise da questão em face da Catalunha. Neste texto, Stephen May defende que os direitos linguísticos não devem ser compreendidos apenas como a liberdade individual de se empregar uma língua (qualquer língua) no âmbito privado ou familiar – ou seja, como direitos linguísticos orientados à tolerância (segundo a perspectiva do sociolinguista Heinz Kloss, citado pelo autor) ou ainda como direito de primeira geração (segundo a perspectiva das gerações de direitos conforme Karel Vašak antes apresentada), que é negativo, e implica em reconhecer ao indivíduo a garantia de que o Estado não lhe imponha um idioma – pois isto já seria óbvio. Para Stephen May, a questão dos direitos linguísticos como direitos humanos implica no reconhecimento de que falantes de línguas minorizadas têm o direito de empregar sua língua no âmbito público ou cívico, o que impõe ao Estado (qualquer Estado) o dever de promover condições para tanto, pois não seria razoável eximir-se da prestação de serviços e atividades essenciais em uma língua falada por um número significativo de pessoas dentro de um determinado território.

A jurista mexicana Mayra Idali Sánchez Patlán, a seu turno, defende, no artigo **Discriminação em razão da língua como violação dos direitos linguísticos dos povos indígenas**, que a publicação de leis apenas no idioma majoritário (no caso, o espanhol) exclui os povos originários do direito mais básico de cidadania, qual seja, o de conhecer os direitos que podem ser requeridos e as obrigações que lhes podem ser impostas. Evocando um princípio geral compartilhado por tradições jurídicas herdeiras do Direito Romano, entre as quais estão o México e o Brasil, o de que “a alegação do desconhecimento da lei não exime de seu cumprimento”, a autora tece considerações sobre as normativas de ordem nacional e internacional que são desrespeitadas em face da omissão estatal de viabilizar aos povos indígenas o conhecimento das leis que lhes regem. Segundo Sánchez Patlán, a erradicação da discriminação das etnias originárias e a autodeterminação dos povos indígenas demanda ações positivas do Estado, entre as quais a publicação da legislação nacional em tradução para as diversas línguas registradas pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas, órgão encarregado de promover o fortalecimento, a preservação e o desenvolvimento das línguas autóctones faladas no território mexicano. A inclusão deste artigo neste número especial vem recordar que a defesa do mais basilar dos direitos, como o é o direito à vida, depende do conhecimento da organização estatal e das formas de demandar a sua proteção. Ilustra-o bem o recente caso brasileiro, que obrigou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil à propositura em face do Supremo Tribunal Federal de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. E essa compreensão de normativas depende, primordialmente, do acesso a elas em língua que seja conhecida pelas comunidades indígenas.

O terceiro artigo traduzido incluso neste número é **Luhmann pandêmico**, de Paul-Marie Boulanger e Andrea Saltelli, em tradução de Daniel Soares Duarte (UFPel) revisada por Lóren Cristine Ferreira Cuadros (UFPel). Nele se buscam atualizar algumas ideias de Niklas Luhmann e aplicá-las à pandemia. Sem a pretensão de prever resultados reais, mas propondo análises como exercício de interrogação da teoria sistêmica, os autores refletem que, embora a pandemia aflija a sociedade mundialmente, os sistemas que a podem combater, como o da saúde, o da política e o da economia, reagem com base segmental, por meio da qual cada Estado age por si mesmo. Os autores ponderam que a teoria de Luhmann não tem poder preditivo, nem mesmo explicativo, mas se arriscam, por meio dela, a afirmar que a pandemia ainda demorará a passar, pois a atual conjuntura não parece apontar caminhos adequados para a solução dos problemas.

O mesmo tom está presente em **Higieno-nacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19**, texto de

Vincent Geisser em tradução de Thainá da Silva Cândido Carungaba (UFF) e revisão de Fabiana Zogbi Lontra da Conceição (UFRGS). Este artigo discute o crescimento de tendências nacionalistas, xenofóbicas e mesmo racistas em todo o mundo, mas sobretudo nas sociedades ocidentais, e a sua potencialização diante da crise sanitária do coronavírus em 2020, estabelecendo um paralelo com as grandes epidemias ao longo da história.

Em **Ginetes em meio à tempestade, animais na valeta: Por que Errata naturae não publicará nenhum livro nos próximos meses**, Rubén Hernández, editor de Errata Naturae, traz à discussão os efeitos da crise sobre o mercado editorial. Em tradução de Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra (UFPR) e Rafael Ginane Bezerra (UFPR), revisada por Silvana de Matos Bandeira (UFPel), o texto argumenta que a presente pandemia é um *teste piloto* para as próximas crises, que devem chegar em breve. Após traçar um panorama sombrio acerca das implicações do capitalismo financeiro sobre a dinâmica editorial e destacando o irrefreável endividamento do setor livreiro, o autor levanta a hipótese de ocorrência de recidivas pandêmicas, talvez em função da destruição crescente dos habitats naturais e o afastamento de animais silvestres para perímetros urbanos. Por fim, ele defende que a pausa, agora, é necessária para a reflexão e definição de estratégias para a edificação de uma nova realidade.

Atentando aos problemas de comunicação, mas sob a perspectiva linguística propriamente dita, o texto **Viver com a máscara facial: murmúrio, murmúrio**, de Jürgen Trabant, em tradução de Aroldo Garcia dos Anjos (UFPel) e revisão de Cláudia Fernanda Pavan (UFRGS), analisa como, em tempos de pandemia, o uso da máscara facial modifica nossa capacidade de comunicação e evidencia o quão preciosa é a interação face a face.

Trazendo a discussão para a literatura, o artigo **O amor e o distanciamento social nos tempos da Covid-19: a filosofia e a literatura de pandemias**, de Michael A. Peters, em tradução de Daniel Paiva Vasconcelos (UFJF) e revisão de Liziane Kugland de Souza (UFRGS), aponta para a existência de uma tradição literária e filosófica sobre temas como a peste. Ante a ameaça de contágio, afirma o autor, são possíveis duas emoções negativas opostas: a individualista (no caso, a das pessoas que desconsideram cuidados e a necessidade de isolamento) e o medo profundo de uma morte iminente e dolorosa. A conclusão é que apenas na solidariedade será possível encontrar-se a solução para a humanidade.

Tratando ainda de amor, mas sob outra perspectiva, o artigo **O Ministério das Putas: como a AMMAR articula-se com o Estado durante a pandemia**, de Augustina Paz Frontera e publicado originalmente na revista digital feminista *LatFem*, é aqui apresentado em tradução de equipe vinculada à UNILA (Universidade da Integração Latino-americana) e relata como o

isolamento imposto pela Covid-19 afetou trabalhadoras/es sexuais, tanto argentinas/os/es quanto migrantes. O artigo descreve a atuação da AMMAR, *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina*, na articulação de ações políticas para mitigar os efeitos devastadores da pandemia.

As duas próximas traduções apresentadas, que encerram este número especial, são materiais produzidos pela Organização Mundial da Saúde (World Health Organization) publicados apenas em inglês e francês e que agora são trazidos ao português. O texto **Combatendo a violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas durante a pandemia do Covid-19: medidas fundamentais**, publicado no site da organização em 17 de junho de 2020, é aqui apresentado em tradução de Gabriela Cruz de Pinho (UFPel) e revisão de Fabiana Kanan Oliveira (UFRGS) e Andrea Cristiane Kahmann (UFPel). Já o texto **Depois da Covid-19: um manifesto por um mundo mais saudável** apresenta uma série de diretrizes a serem seguidas para a reestruturação social e econômica pós-Covid em tradução de Isabella de Paiva Gonçalves do Carmo (UFPel) e revisão de Dennys Silva-Reis (UFAC).

As organizadoras deste número agradecem imensamente todas as colaborações e à equipe editorial da *Cadernos de Tradução* do Instituto de Letras da UFRGS. Agradecem ainda, de forma muito especial, a todos/as que, mesmo nesses tempos tão caóticos e a impor tantos desafios, aceitaram contribuir como pareceristas, bem como ao colega de Letras e Artes, Lemuel da Cruz Gandara,¹⁹ que gentilmente cedeu os direitos de sua obra *No jardim das ideias* (técnicas mistas, 2014), escolhida para ser a nossa capa. Finalmente, e com muita gratidão, agradecemos a todas as pessoas que, nesses tempos tão difíceis que ainda estamos enfrentando, prestaram solidariedade, promoveram os direitos humanos, entre os que se incluem os direitos linguísticos, e disseminaram informações confiáveis, traduzindo, interpretando, mediando culturas, incluindo e acolhendo.

Desejamos uma boa leitura, saúde e confiança no porvir.

Referências:

AQUIDAUANA NEWS. **Hospital de Aquidauana tem interprete que garante acolhimento de indígenas**. Disponível em: <http://aquidauananewsms.com.br/Publicacao.aspx?id=165254>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DOMARADZKI, Spasimir; KHVOSTOVA, Margaryta; PUPOVAC, David. Karel Vasak's Generations of Rights and the Contemporary Human Rights Discourse. **Human Rights Review** [Springer Nature Germany], v. 20, n. 4, p. 423-443, dez. 2019.

¹⁹ O portfólio do artista e seu contato podem ser consultados em: <https://lemuelgandara.com/>

HALLAL, Pedro Curi. SARS-CoV-2 antibody prevalence in Brazil: results from two successive nationwide serological household surveys. **The Lancet**, Global Health 2020, n. 8, p. 1390-1398 [Published Online September 23, 2020].

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 147 p.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.

IBGE. Estudos especiais do censo demográfico 2010. **O Brasil Indígena: língua falada**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2017**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua_2012_2017/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2017.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

OSOEGAWA, Diego Ken; LISBOA, Gabriel Esperança; NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. Covid-19 e povos indígenas em contexto urbano: violações aos direitos da saúde indígena e ações autônomas no enfrentamento da pandemia em Manaus. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói (UFF), v. 8, [Ahead of Print], p. 1-32, 2021.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Desinfodemic: deciphering COVID-19 disinformation**. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/desinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

PROCURADORES falam ‘Fique em casa’ em 14 línguas indígenas para alertar índios de MT sobre prevenção à Covid-19 (veja vídeo). **G1**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/04/15/procuradores-falam-fique-em-casa-em-14-linguas-indigenas-para-alertar-indios-de-mt-sobre-prevencao-a-covid-19-veja-video.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 - Distrito Federal**. Relator: Ministro Luis Roberto Barroso. Íntegra da decisão de 21 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf709.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TRANSLATORS WITHOUT BORDERS [Tradutores/as Sem Fronteiras]. Disponível em: <https://translatorswithoutborders.org/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE]. **Covid-19 Vaccines**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines>. Acesso em: 20 mar. 2021.